Diário Oficial do Estado de Rondônia nº 116
Disponibilização: 22/06/2022
Publicação: 22/06/2022

Governo do Estado de
RONDÔNIA

GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Secretaria de Estado da Assistência e do Desenvolvimento Social - SEAS

ATA DE REUNIÃO

CONSELHO ESTADUAL DOS DIREITOS DA PESSOA IDOSA - CEDPI

Aos 12 dias do mês de abril de 2022, às 8h30min, foi realizada a 3ª Reunião Ordinária do exercício, do Conselho Estadual dos Direitos da Pessoa Idosa - CEDPI, por meio híbrido, presencial na Casa dos Conselhos e através da plataforma Zoom. A reunião foi convocada pelo Ofício nº Ofício nº 1372/2022/SEAS-CEDPI e contou com a presença dos seguintes Conselheiros(as): Representantes de Órgãos Governamentais: SEAS - Rayna Andressa Cardoso Dias, Titular, e Laura de Sousa Costa Passos, Suplente; SEDUC - Marinez da Silva Parloti Salles, Suplente; SESDEC - Júlio Cesar Rodrigues Ugalde, Titular, e Luciana Silva Cavalcante, Suplente; SESAU - João Bosco de Lima Cardoso, Titular; SEAGRI - José Neves Sobrinho, Titular. Representantes de Entidades da Sociedade Civil: CRP - Deusdedi Rodrigues Alves, Titular; FEDER - Maria das Graças Lima, Suplente; SESC - Rosa Luz Ambrósio dos Reis Miranda Sá, Suplente; ABRAZ - Francisca Vanusa Silva Soares, Titular. Contou também com a presença dos representantes das ILPIs: Gelair Lara Barbosa (Asilo São Vicente de Paula "Casa Lar" – Espigão D'oeste); Marcelo (Lar Espírita da terceira Idade "André Luiz" Porto Velho); Luís Rogério (Casa Assistencial Abrigo Nosso Lar de Cacoal); Tatiana e Penha Simão da Casa de Acolhida São Camilo de Cacoal), bem como, da assessora do CEDPI Marines Maciel Paixão Silva. Na reunião, os Conselheiros deliberaram sobre a seguinte PAUTA: 1. Informes; 2. 9h - Oitiva das Instituições de Longa Permanência para Idosos - ILPIS, acerca do levantamento de necessidade para compor as visitas in loco do CEDPI. O presidente José Neves conduzindo a reunião deu bom dia aos presentes e solicitou que a assessora Marines conferisse o quórum e fizesse a leitura da pauta do dia. Em seguida, o presidente passou a palavra ao vice-presidente Deusdedi que informou que houve formação de chapas e eleições em todo Brasil para o CRP e que assumiu a presidência do Conselho Regional de Psicologia até agosto. Logo após, recebeu os parabéns do presidente em nome de todos os outros conselheiros. Em seguida o Conselheiro Bosco informou que a vacina para covid continua sendo aplicada em todos os postos de saúde, inclusive a dose de reforço para os 60+, que no Porto Velho Shopping está sendo aplicada a vacina contra covid, a influenza e o sarampo no horário das quatorze às dezenove horas. Vamos orientar a todos os idosos que não tomaram a quarta dose contra a covid, que encontra-se disponível, lembrando que é quatro meses após a terceira dose que pode tomar. A vacina está sendo aplicada é Pfizer. Outra informação foi em relação a um curso que será disponibilizado pelo hospital Israelita Albert Einstein de São Paulo, através de um convênio com o Ministério da Saúde chamado, Cuidado Integral à Saúde da Pessoa Idosa. Eles fizeram contato mês passado e disponibilizaram duzentas vagas para o estado de Rondônia. Isso é uma conquista, é um ganho muito bom pra nós. Essas vagas serão distribuídas para todos os municípios. Lembrando que é um curso direcionado para gestores e profissionais, especificamente da atenção básica de saúde. Só estão aguardando o link para pré-inscrição. Lembrando também que é um curso só para quem tem nível superior e não se trata de uma de uma especialização. Fechando aqui a questão dos informes, em relação a influenza, o Ministério da Saúde detectou uma baixa procura no Brasil de um modo geral. Os idosos não estão procurando a vacina. Vamos encaminhar semana que vem um informe, um memorando para todo os município e para as regionais de saúde lembrando da importância de os idosos participarem da aplicação dessa imunização de forma que haja uma procura maior por essa vacina, porque ela continua matando. Em seguida, o vice-presidente Deusdedi falou que ele, o presidente e o conselheiro Bosco poderiam marcar uma agenda com o jornalista Leo Ladeira para falar no programa dele sobre a importância da vacinação, divulgando a manifestação do Conselho e da SESAU. O presidente então agradeceu e parabenizou o conselheiro Bosco. Em seguida, a assessora Marines apresentou o levantamento de bens do CEDPI solicitado pelo vice-presidente Deusdedi, para que seja repassado o Termo de Responsabilidade ao presidente Neves. Deusdedi falou da importância desse momento, da luta, das conquistas, bem como da transparência. Em seguida, o presidente agradeceu e recebeu o TR dos bens

repassados por convênio pela SNDH/CNDI ao CEDPI. Passando para a 2ª pauta, cada representante das ILPIs presente na reunião tiveram a oportunidade de relatar sobre o seu cotidiano, desafios e dificuldades, no que, registramos as seguintes falas: Gelair secretária do Asilo de Espigão do Oeste, *falou que estão dificuldade com a questão do INSS da Instituição e que está bloqueado e que não estão conseguindo ativar e que também precisam se cadastrar no CEBAS*. O presidente se colocou à disposição para colaborar na resolução do problema. O vice-presidente Deusdedi falou sobre o trabalho que a Defensoria Pública da União vem fazendo junto às instituições de longa permanência, lembrou dos conselheiros padrinhos dessas instituições e que, para essa gestão, irão reapadrinhar essas ILPIs. Também orientou que a VEPEMA disponibiliza recursos para projetos bem elaborados, que seria uma alternativa para ILPIs buscarem recursos. O presidente Neves falou da importância dos conselhos, fez referência aos municipais que estão desativados e que é preciso envolver toda sociedade para que possam saber que estamos aqui, que o conselho está vivo e está atuando, que todos precisam fazer sua parte. O conselheiro Bosco registrou que esteve na Casa do Ancião de Porto Velho para atender uma demanda e foi muito bem recebido pelo Diretor, obtendo as respostas de que precisava. Então o presidente falou que o conselho vai preparar uma agenda para visitar in loco todos os municípios e as ILPIs, e convoca a todos a se disponibilizarem pois é um trabalho necessário a ser feito. Penha Simão de Cacoal agradeceu e *falou que é importante essa troca de experiência, frisou sobre a importância de se fazer capacitações por que muitas vezes, não tem noção de como lidar com esse público e a capacitação é de extrema importância para o crescimento de todos nós. Que o conselho possa estar propondo capacitação para o crescimento dos técnicos em vários níveis.* Em seguida, o senhor Marcelo do Lar André Luiz fez a seguinte fala: *A iniciativa do Conselho está de parabéns, é uma busca para auxiliar a política do idoso junto às instituições, a título de sugestão eu acho interessante promover esses encontros entre as instituições e discutirmos como é que a gente está fazendo certas coisas, os cuidados, alguns procedimentos legais. Porque na verdade as instituições elas surgiram de iniciativas de grupos de trabalhadores ou ligados a uma questão religiosa ou ou a uma vontade de ajudar. A política do idoso ao longo dos anos vem sofrendo muitas alterações. E as questões e exigências legais também são muitas e é preciso as instituições estarem se adequando a essas normativas, legislação e eu acho que a gente precisa de um apoio maior do conselho, das instituições porque muitas vezes os órgãos chegam exigindo certos procedimentos, e muitas vezes o dirigente da casa nem sabe que tinha que estar regularizando essas questões. Então é preciso a gente nivelar todo esse conhecimento a nível de estado, trazer todas essas informações, o que que é necessário pras instituições estarem pleiteando recursos junto ao estado, junto ao município. Existe um trabalho de relevância social muito grande sendo feito e esbarra às vezes em algumas exigências que não são flexibilizadas. O conselho como órgão que controla todo esse trabalho e conhece a realidade de cada instituição. Eu sei que os membros que estão aí estão visitando as instituições, conhecendo a realidade de cada uma. E não é fácil gerir uma instituição sem a participação do poder público auxiliando. Graças a Deus durante esse momento de pandemia nós tivemos a parceria com instituições privadas. Nós não tivemos acesso a nenhum tipo de recurso a nível de estado ou município. Então a gente enfrentou uma pandemia onde tivemos sim um auxílio até do governo federal, mas local e insumos nada. Então a gente não sabe o amanhã como é que está previsto. Temos que organizar tudo isso para que as instituições tenham amparo nesses momentos tão difíceis onde a sociedade participa de forma direta, as organizações, a loja maçônica, a igreja, uma associação, elas são mais próximas da atividade, do trabalho do que o poder público. Então eu vejo dessa forma, que o conselho deveria trabalhar esse grupo de instituições, esses trabalhadores que já estão há algum tempo. A instituição vai fazer vinte e quatro anos agora em outubro. Então a gente já tem um tempo de caminhada assim como outras no no interior do estado e aqui em Porto Velho, a gente precisa dessa orientação, mas assim, como parceiros. Vamos trabalhar as adequações, vamos trabalhar as mudanças que precisa mexer. Porque assim, a gente não faz nada sem recurso. Tem muita coisa que envolve recurso, envolve o pagamento de um profissional, que nem todas as ações encontra o voluntário pra estar fazendo certas atividades. Precisa pagar o profissional. Então as instituições são muito carentes de todo esse apoio. Então, que bom que o conselho está tomando essa iniciativa. A gente participa de alguns questionários de algumas secretarias perguntando o que que usa, o que que faz e tal, mas em contrapartida a gente participa do questionário mas não vê o retorno naquele material, naquele produto que que você participa da pesquisa. Então é muito ruim isso. Eu acho que é uma necessidade que as instituições têm. A pessoa idosa contribuiu, é um cidadão e está ali, precisando desse amparo. Nós estamos envelhecendo. E nós precisamos melhorar ainda mais a política de cuidados à pessoa idosa. Existem conflitos, existe um abandono, que são outras políticas que precisam ser trabalhadas, mas assim, a nossa participação é no cuidado, é dar o amor, é dar o carinho, dar atenção, é dar o acesso a alguns direitos da pessoa idosa e a gente sente essa falta. Aqui por exemplo no município, certa vez nós saímos com alguns idosos para fazer um passeio. Pegamos o carro a van e você para às vezes numa praça e não existe estrutura qualquer. Não existe um banheiro porque o idoso ele usa fralda. Às vezes ele tem*

necessidade de ir ao banheiro. Não tem um suporte para você auxiliar nessa parte do idoso. A praça também é sem acessibilidade, sem nenhum local que atenda às condições e as necessidades do idoso. Então eu acho que a gente tem que melhorar muito mesmo. E através do conselho é possível você chegar ao órgão da prefeitura, um órgão do estado. Olha, vamos fazer uma praça adequada com com estrutura para atender a pessoa idosa, para atender a família. Na praça que nós fomos encontramos vários alunos de escola, bebendo, fumando, aquelas gritaria, a gente sabe que o idoso ele tem as suas necessidades. A gente está trabalhando com idosos que tem problemas mentais, tem dificuldade de locomoção e precisa de um ambiente saudável também pra passar esse esse momento de lazer, a gente não encontra isso aqui em Porto Velho então é preciso a gente estar acordando para essas necessidades pra pra você ter para sair, passear com um idoso, levar onde? A gente está falando de instituições filantrópicas. Ah! Tem um shopping. Ah! O shopping é muito bonito. Mas em termos de consumo não é acessível ao idoso. Porque as coisas são caras, é um ambiente de consumo bem mais caro. A realidade do idoso é outra. Que ele vem geralmente com um benefício que já vem comprometido com o empréstimo, já vem comprometido com alguma coisa que ele fez lá atrás pra ajudar às vezes até um parente, um amigo e ele fica com a conta. Essa é a realidade das instituições. Então a gente precisa sentar, conversar mesmo, conversar, trocar ideias entre as instituições pra gente criar esse caminho. Para chegar junto ao estado, para chegar junto a prefeitura de cada município e ser ouvido. Questão de saúde, a maioria das instituições não têm amparo à saúde, não tem médico visitador, não tem um enfermeiro que acesse algumas medicações, tudo é mais complicado. A gente está falando da instituição, hoje aqui temos setenta e dois idosos. Você vai à unidade de saúde com o idoso, precisou o idoso está aqui, precisa não sei o que. Já imaginou levar setenta e setenta e dois idosos e fazer uma fila pra pegar senha. Ele é cadeirante, ele é um é cego, o outro é demencial. Quer dizer, são várias realidades que a gente precisa começar a enxergar nessas ILPIs também, não é só cobrar, é enxergar como parceiro, como amigo que tá fazendo um trabalho de relevância social muito grande e não é visto a instituição. Então a gente precisa desse amparo, dessa ajuda o nosso caso aqui por exemplo, por uma rua, a instituição fica numa área descoberta, quer dizer, da unidade de saúde. Se a área descoberta, não tem equipe pra ali. Quer dizer, ele tem SUS que é nacional. A questão da unidade por uma rua, por uma outra, não cabe na no meu entendimento. E ainda mais quando você concentra cuidados em uma instituição. Você vai com a direção de um posto esse mês, mês que vem é outro. Não, eu não conheço, não sei. E o diretor nem se propõe a visitar pra conhecer. Então é uma coisa muito ruim para quem está à frente dos trabalhos porque amarra muito as questões. Então a gente precisa do poder público como parceiro. Poxa, tem uma instituição que ali está cuidando de idosos, está um trabalho social de relevância, a gente precisa ver como é que a gente pode estar ajudando. Porque é o que o presidente falou. Chega muita gente com curso, mestrado, doutorado, pós-graduado, de tudo tem. Mas a gente tem que ser mais humilde e ver a realidade. Como é que surgiu essa, qual é o papel daquela. O que ela está fazendo de relevância social? Então a gente tem um propósito, como é que eu posso contribuir? Como é que eu posso ajudar? Eu acho que é isso. A gente está saindo de uma pandemia agora há poucos dias a gente começou a visitar com com alguns familiares em questões de conflito. E a gente vai voltar a nossa atividade rotineira normal. Mas a gente queria que toda essa experiência de pandemia, de dificuldades, trouxesse melhorias, trouxesse um crescimento pra essa política e a gente ser mais parceiro, mais unidos nessa construção porque todos nós estamos envelhecendo. Quem chegar a sessenta, setenta, oitenta anos é que precisa às vezes de um cuidado, A própria política junto, dando importância ao idoso, não é porque nós estamos aqui como instituição, que a gente não pensa no idoso e na família. Lógico que o melhor ambiente é a família. A gente também tem que trabalhar essa política mudando a visão do familiar que o idoso é importante. Ah mas ele está demenciando, tá? Mas quando eu transfiro para uma instituição esse processo de demência pode acelerar, porque está mudando o ambiente, está mudando as pessoas que ele está acostumado a ouvir, a se relacionar pode ser positivo como negativo, uma mudança de ambiente. Então pensa muito na questão da pessoa, do idoso, da família, que precisa receber, eu acho que é até uma política que o próprio conselho pode trabalhar também é essa questão de alcançar familiares. Levar à importância através da mídia, desses laços serem formados, firmes. Cansamos de receber escolas, alunos de escola que choram ao visitar o lar de idosos. Menina de doze, treze anos que chora por que não compreende porque que ele não está na casa dele. Por que ele não está com o filho dele? São as perguntas que nós temos que responder. Então eu acho que até na escola é preciso fazer esse trabalho junto aos jovens, junto aos pais, porque a gente tem que aprender a valorizar a pessoa idosa. No Brasil, o idoso, a pessoa fica idosa, ela é descartada, essa é a verdade. São poucos familiares, poucas pessoas que abraçam o cuidado. E a gente tem que mudar essa política. Começando na escola, começando aí nas universidades, passando por esse entendimento de que todos nós envelhecemos. Que temos um padrão de vida. A gente é jovem, tem muita energia, mas chega ali a gente também envelhece, precisa tá junto a família, junto aos nossos filhos e netos, acho que isso é muito importante, tá bom? Eu agradeço a reunião, a atenção, peço desculpas se me estendi ou falei algo que não agrade mas assim, a gente está falando a nossa

realidade, a gente precisa sim do conselho parceiro, do conselho amigo e dos órgãos governamentais orientando auxiliando mas com paciência porque é difícil você acessar algumas coisas sem recurso. Foi falado do acesso aos recursos através de projeto, que maravilha que tem, porque a maioria das instituições não teria nada se não fosse o poder judiciário que é uma mão que ajuda muito as instituições, não só de idosos mas de todos os graus de cuidados aqui em Rondônia. Mas é preciso abrir esse leque, facilitando, ajudando, acompanhando a estruturação dessas ILPIs porque a legislação traz uma questão, mas a realidade de cada instituição é outra. E precisa de um tempo, precisa de um de um de recurso, precisa de pessoal qualificado que às vezes você tem que contratar para fazer algumas coisas. Está bom? Então agradeço aí a atenção, é muito bom também conversar com os colegas, ouvir os colegas do interior, aqui de Porto Velho também. e a gente se coloca à disposição através do nosso endereço e do telefone, qualquer dúvida pra gente trocar ideia de como nós estamos vencendo algumas dificuldades, a experiência de cada um é muito importante, a vivência de cada um no trabalho é muito importante pra gente melhorar cada vez mais o serviço das ILPIs. Gratidão a todos. Então o presidente agradeceu e passou a palavra ao conselheiro Bosco que parabenizou e falou da importância do trabalho do Marcelo, que apresentou de maneira sábia suas colocações. O presidente falou da necessidade de se fazer um alinhamento em todas as cadeias que atendam a política da pessoa idosa. Com um passo a cada vez. E nós vamos com certeza e eu conto com todos os conselheiros e conselheiras para que a gente unido possa dar sugestão para esses alinhamentos conforme as instituições pública fiscalizadoras, as executoras, o legislativo em geral, sejam federais, estaduais, municipais, quando a gente tiver dificuldades, que eles possam fazer alguma coisa para que nos traga mais facilidade para que as polícias públicas a pessoa idosa seja aplicada. Marcelo então falou: *presidente eu sei e agradeço a sua lembrança, eu falo nessa questão e entendo essa organização toda, essa estrutura toda governamental e municipal. Mas a gente está falando de realidade e há tempos atrás nós tivemos a exigência de de do bombeiro colocar todo o sistema de hidrante tudo isso é muito caro. Então assim isso vai chegar lá no interior em alguma instituição. Então tudo bem, aquela instituição tem acesso a recurso, tá com algum problema ainda. Mas por que não um técnico do próprio governo desenvolver o projeto, colocar ali, começar a trabalhar, implantar se aquela instituição realmente está fazendo aquele trabalho de relevância? Por que eu não posso contribuir? Porque assim, a maioria das instituições não recebem dinheiro público. Isso aí é a realidade, o acesso ao dinheiro seja municipal, estadual é muito difícil. Mas por que não o governo entrar com o conhecimento técnico? Trazer, apoio, vamos lá estruturar aquela instituição para conseguir fazer a caminhada dela. Não é colocar debaixo do braço e carregar a vida toda. Não é isso. Estou falando assim, olha, está precisando aqui o projeto de bombeiro. O projeto de bombeiro amarra muitas caminhadas daquela instituição. Anos e anos. Isso eu estou falando por experiência. Eu sei que tem um tempo pra reunião, em outros momentos a gente conversa mais. Trocar mais ideias. Porque a primeira, né? E são tantas as necessidades que a gente acaba falando muito. Mas eu agradeço de novo. Obrigado.* Então o presidente perguntou se mais alguém teria sugestões para contribuir? A conselheira Vanusa deu bom dia a todos e falou: estou aqui desde o começo da reunião. Quero parabenizar a fala do Marcelo que também faz parte do conselho municipal. Eu costumo falar que o Lar Leal é uma instituição que eu tenho uma grande admiração pelo trabalho que faz e que sempre tenho acompanhado. Presidente, a minha sugestão enquanto conselheira é que a gente, pelo trabalho que faz e que eu sempre tenho acompanhado, é que deveríamos fazer um encontro de todas as instituições de longa permanência de todo o estado, acredito que não são muitas mas que o Conselho Estadual pudesse trazer essas instituições para que a gente fizesse esse encontro para trocar experiência entre as instituições. Por exemplo, o Lar Leal, a Casa do Ancião e as do interior, que elas pudessem agregar o conhecimento de cada uma, que experiência do Marcelo fosse passada para as demais, e as próprias dificuldades que as instituições estão tendo e, que os órgãos do governo e da prefeitura também estivessem presentes porque é como o Marcelo falou, existe toda uma dificuldade que se esbarra na gestão pública. E eu acredito que todas as instituições que fazem esse trabalho são de uma relevância tão grande, tão maravilhosa. Eu costumo falar que o governo em si, a gestão pública tanto municipal quanto a estadual deveria tirar o chapéu. Acredito que o Lar Leal é o maior exemplo que temos hoje na capital de Porto Velho, não desmerecendo a Casa do Ancião, mas olha só, nós temos setenta e dois idosos no Lar Leal. A Casa do Ancião se eu não me engano deve ter aí uns vinte e pouco. Olha o tamanho da responsabilidade que nós temos na instituição Lar leal. Então eu acredito que o que está faltando é justamente essa parceria entre instituição e todos os municípios, as da capital e os gestores para ter esse conhecimento. Eu deixo aqui presidente a minha indignação. Como conselheira participei ontem da conferência de saúde mental de Porto Velho onde na minha fala deixei claro a importância da saúde para esses idosos que estão nessas instituições. Então fica o meu apelo para que o Conselho Estadual junto com o municipal faça esse encontro. Eu acredito que vai ser de grande conhecimento tanto por parte do interior como para da capital. Em ato contínuo a senhora Penha *informou que a Instituição da Casa de Acolhida São Camilo hoje abriga oitenta e cinco idosos não só de Cacoal, mas de vários municípios. Que a gente precisa desse apoio da Secretaria*

Municipal de Saúde, da Secretaria Municipal de Assistência Social que também deve está próximo para poder estar discutindo sobre essas questões. Com a palavra a conselheira Vanusa: Como o Marcelo falou, é muito fácil cobrar. É muito fácil chegar uma equipe de fiscalização, cobrar isso, cobrar aquilo, mas e em contrapartida o que que eles fazem? É muito fácil chegar a uma fiscalização. Eu enquanto conselho posso chegar no Lar Leal e falar, Marcelo, quantos idosos foram vacinados? Um exemplo que eu estou dando. Mas e aí? Será que a gente fez o nosso papel enquanto a SEMUSA foi lá fazer o papel dela? A gente deve repensar que a gestão pública tem que fazer o seu papel. Nós não podemos também só cobrar que a instituição faça seu papel. Então fica aqui o meu pedido, presidente, enquanto conselheira municipal, enquanto presidente da ABRAZ, enquanto conselheira do estado. Marcelo *falou que é importante deixar bem claro que a gente não está criticando as pessoas. A gente não está fazendo nenhuma crítica, a gente que existe toda uma legislação. O que a gente está propondo aqui é, por que não mudar? Por que tem que ser assim se está causando dificuldade? Por que não pode flexibilizar? Então desses encontros vão sair sugestões até para mudança de legislação, de mudança na forma de atuar de alguns órgãos, algumas secretarias, porque eles também precisam desse embasamento legal. É através desses encontros que surgirão toda situação de necessidade das instituições que vão ser formuladas. Naquela época que foi feita não existia as instituições a nível de Brasil no montante que tem hoje, em Rondônia, em Porto Velho, precisa fazer alguns ajustes, porque a legislação também pode ser mudada quando não atende a todas as necessidades é só isso, eu não estou fazendo crítica, mas dizendo assim, por que que a gente não pode mudar a forma de trabalhar? Mudar a legislação, sugerir algumas novas ideias. De repente de Rondônia, de Porto Velho, vai sair algo a nível nacional que vai flexibilizar para as instituições.* O presidente Neves falou que entendemos e que é necessário esse encaminhamento que chamará de alinhamento e que gostaria que os conselheiros dessem algumas opiniões e sugestões sobre a pauta discutida. Perguntou se entendiam que seria necessário fazer uma reunião extraordinária com uma pauta específica sobre as ILPIs. Em seguida, a conselheira Rayna fez uso da palavra, se apresentou e se colocou à disposição. Os demais conselheiros registraram presença na reunião e informaram que estavam atentos a todas as falas. O presidente solicitou que registrasse tudo na ata e informou que iria convocar uma reunião extraordinária para aprofundamento das discussões feitas nesta reunião. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente deu por encerrada a reunião, da qual, para constar, eu, Marines Maciel Paixão Silva, lavrei a presente Ata, que, lida e aprovada, vai por todos assinada eletronicamente.

Documento assinado eletronicamente por **JOSÉ NEVES SOBRINHO**, **Presidente**, em 21/06/2022, às 13:12, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017.

Documento assinado eletronicamente por **Rosa de Luz Ambrósio dos Reis Miranda Sá**, **Usuário Externo**, em 21/06/2022, às 14:29, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017.

Documento assinado eletronicamente por **maria das graças de lima**, **Usuário Externo**, em 21/06/2022, às 15:08, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017.

Documento assinado eletronicamente por **Marinez da Silva Parloti**, **Técnico**, em 21/06/2022, às 16:57, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017.

Documento assinado eletronicamente por **JOAO BOSCO DE LIMA CARDOSO**, **Assessor(a)**, em 22/06/2022, às 08:24, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017.

Documento assinado eletronicamente por **Rayna Andressa Cardoso Dias**, **Gerente**, em 22/06/2022, às 10:22, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017.

Documento assinado eletronicamente por **DEUSDEDI RODRIGUES ALVES**, **Usuário Externo**, em 22/06/2022, às 10:55, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e

seus §§ 1º e 2º, do Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017.

Documento assinado eletronicamente por **LAURA DE SOUZA COSTA PASSOS**, **Assessor(a)**, em 22/06/2022, às 11:05, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017.

Documento assinado eletronicamente por **JULIO CESAR RODRIGUES UGALDE**, **Delegado de Polícia**, em 22/06/2022, às 11:14, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017.

Documento assinado eletronicamente por **Luciana Silva Cavalcante**, **Ouvidor(a)**, em 22/06/2022, às 11:25, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017.

Documento assinado eletronicamente por **Francisca Vanusa Silva Soares**, **Usuário Externo**, em 22/06/2022, às 12:20, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017.

Documento assinado eletronicamente por **Marines Maciel Paixao Silva**, **Assessor(a)**, em 22/06/2022, às 12:27, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site portal do SEI, informando o código verificador **0029775164** e o código CRC **7AE22099**.

Referência: Processo nº 0026.068408/2022-12 SEI nº 0029775164